Revista Eletrônica
Ñanduty
PPGAnt - UFGD

PPGAnt- Programa de Pós-Graduação em Antropologia
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 2317-8590
Dourados - MS - Brasil
www.ufgd.edu.br/nanduty

TÔ AQUI... PARECE QUE TÔ RENASCENDO TUDO DE NOVO":

EXPERIÊNCIAS DE CAMPO SOBRE A RETOMADA DA TERRA E A RETOMADA CULTURAL DOS ACAMPAMENTOS PAKURITY E LARANJEIRA ÑANDERU*

SÔNIA ROCHA LUCAS**

ANTONIO H. AGUILERA URQUIZA***

RESUMO

O presente artigo é resultado da pesquisa "Crianças Kaiowá e Guarani em Situação de Acampamento na Região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul", o qual teve como propósito realizar um estudo antropológico com e sobre crianças Kaiowá e Guarani em situação de acampamento nesta região do estado. Ao final desta pesquisa a inquietação continuou e prosseguimos com a tentativa, através deste artigo, de captar um pouco mais da visão, da percepção e da representação destas crianças acerca da situação de acampamento e a relação com seu território. Para isso foram escolhidas duas comunidades em áreas de retomada, ou seja, áreas que são fragmentos de terras garantidas por mandato judicial, enquanto se espera o final do processo de reconhecimento do tekoha (Pakurity/Dourados e Laranjeira Ñanderu/Rio Brilhante). O embasamento teórico-metodológico vem da antropologia, a partir de autores como Pacheco de Oliveira (1998), Pereira (2002 e 2010), Lutti (2009) entre outros e, seguindo concomitantemente da prática do método etnográfico, a fim de perceber a forma como as crianças constroem os conceitos e as concepções de mundo referentes à sua vida cotidiana em relação com o território. Sendo assim, podemos salientar as transformações que tais acampamentos têm enfrentado no campo da retomada, seja a Retomada da terra ou a Retomada cultural.

Palavras-chave: Kaiowá; Crianças Indígenas; Situação de acampamento; território;

INTRODUÇÃO

Falar em criança é estabelecer pontes entre o presente e o futuro. Essa é a ideia recorrente quando o assunto é abordar o modo de ser e viver das crianças, mesmo quando não levamos em conta ou não conhecemos o seu papel no grupo social ao qual pertence. O senso comum considera as crianças como meras depositárias do conhecimento e exemplos dos adultos; com o presente artigo, buscamos apresentar uma criança indígena autônoma e participante socialmente ativa da vida diária em sua comunidade.

Nesse artigo descrevemos as experiências vivenciadas no trabalho de campo nos acampamentos Laranjeira Ñanderu (Rio Brilhante/MS) e Pakurity (Dourados/MS) a fim de apresentar alguns aspectos da perspectiva das crianças Kaiowá em relação a certos movimentos de retomada por parte dos indígenas, neste caso, a retomada de terra ou cultural. Ficará evidente ao longo do texto o que se entende por retomada de terra e retomada cultural, e como se manifestam de modo diferenciado nas duas comunidades pesquisadas.

* Esse tema é fruto de inquietação durante trabalho de campo realizado no mês de janeiro de 2015, tendo como base a pesquisa para a iniciação cientifica (PIBIC/CNPq) que visa um estudo antropológico com as "Crianças Kaiowá e Guarani em Situação de Acampamento na Região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul" que recebeu o prêmio Claude Lévi-Strauss / edição 2014 da 29º Reunião Brasileira de Antropologia promovida pela Associação Brasileira de Antropologia na modalidade Pôster

** Graduada em de Ciências Sociais da UFMS, aluna do Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), participa do Grupo de Pesquisa "Antropologia, Direitos Humanos e povos Tradicionais" e atualmente é supervisora da ação Saberes Indígena na Escola (MEC/SECADI). E-mail: soninhalucas@gmail.com

*** Doutor em Antropologia e professor da UFMS e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFGD. Coordenador do Grupo de Pesquisa (CNPq) Antropologia, Direitos Humanos e Povos Tradicionais.

Nessa pesquisa utilizou-se o trabalho de campo como procedimento metodológico, no qual permanecemos no acampamento Laranjeira Ñanderu por três dias e duas noites e no acampamento Pakurity por quatro dias, além de outras visitas durante a realização do PIBIC. A base dos procedimentos de pesquisa foi a observação direta, juntamente com o método etnográfico, utilizando ainda rodas de conversas, entrevistas semiestruturadas com líderes indígenas e oficinas de desenhos com as crianças do acampamento Pakurity. As atividades foram registradas através de fotos, gravações de áudio e vídeo e anotações no caderno de campo.

O acampamento Laranjeira Ñanderu se localiza no município de Rio Brilhante/MS no km 309 da BR163, contando com uma população estimada de 110 pessoas (CAVALCANTE, 2013, p. 110). As famílias indígenas desse acampamento antes da retomada de terra moravam na Terra Indígena1 Panambi aldeia Lagoa Rica, município de Douradina; e no ano de 2007 dois grupos familiares começaram a retornar ao tekoha2. Nessa ação permaneceram acampados em um pequeno espaço de terra dento do seu território tradicional por um dia e, sendo expulsos, acamparam nas proximidades. No ano de 2008 os indígenas fizeram uma nova tentativa de retomar suas terras e permaneceram em uma pequena mata nativa localizada na área de "reserva legal" da fazenda, às margens do Rio Brilhante. Nessa luta judicial pela posse do território houve momentos de retomada e despejo (reintegração de posse).

No dia 11 de setembro de 2009, em cumprimento a ordem judicial, os indígenas se retiraram da área ocupada e permaneceram durante um ano e oito meses na beira da BR 163. Segundo o senhor João 3·, casado com Maria, irmã de um dos líderes indígenas do acampamento, em abril de 2011 eles saíram da beira da rodovia e retomaram a terra em que estão até hoje, ocupando 15 ha dos 11.000 ha da área reivindicada4. Atualmente a situação legal é que a comunidade está em estudo antropológico (FUNAI) e perícia judicial, no processo da Justiça Federal.

O caso do acampamento Pakurity é mais complexo de se descrever a trajetória tendo em vista maior escassez de informações. Segundo Otaviano, liderança indígena, o tekoha Pakurity já se localizava nessa região antes da chegada das frentes de ocupação agropastoril. Para ele, a comunidade vivia transitoriamente em outros territórios indígenas e por várias vezes tentaram voltar ao seu tekoha, mas sempre foram expulsos pelos proprietários rurais, sendo assim, acamparam na BR 463. Após 22 anos5 de permanência à beira da rodovia fizeram sua retomada de terra no dia 12 de agosto de 2013 o qual permanecem até o momento.

Esse acampamento fica a 20 km da cidade de Dourados/MS, a poucos metros da BR 463, em direção à cidade de Ponta Porã/MS. O acampamento contém aproximadamente 15 barracos de lona que se espalham ao longo de um canal de água. Segundo o senhor Otaviano, no acampamento há 87 pessoas distribuídas em 10 famílias e mais 80 crianças espremidas no que sobrou entre a mata ciliar, a rodovia BR-463 e a plantação da fazenda. Afirma que no dia 12 de agosto de 2013 os indígenas, saíram do acampamento à beira de rodovia e retomaram, mais uma vez, seu pedaço de terra na mata ciliar, fragmento da área total de seu tekoha.

Cabe pontuar que os dois acampamentos saíram da beira da estrada (Laranjeira Ñanderu na BR 163 e Pakurity na BR 463) e agora estão fixados em fragmentos de terra da área total, ou seja, possuem permissão judicial de permanência em pedaços da área tradicional enquanto se espera o final do processo de reconhecimento de seu tekoha.

Em todo esse processo, as comunidades realizaram a "retomada", ou seja, tentativas de reocupar as áreas que consideram suas terras

1. Categoria jurídica que tem como origem a definição de direitos territoriais aos indígenas.

2. Entende-se como tekoha como lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – e onde se realiza o teko, o "modo de ser", o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado.

3. Todos os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

4. Não há registros desse acampamento nos órgãos competentes e as informações foram retiradas no Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais. Coordenação geral Leonardo Sakamoto. O relatório "Em terras alheias - a produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul" é uma realização do Centro de Monitoramento de Agro combustíveis da ONG Repórter Brasil.

5. Fonte: http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/10/mpf-investiga-destruicao-de-cemiterio-indigena-em-fazenda-de-dourados/?searchterm=pacurity

tradicionais. A palavra retomada será recorrente em todo este artigo, pois manifesta a real situação vivenciada pelos indígenas do sul do estado, quer seja relacionada com a posse de terra, quer seja com o retorno de práticas culturais outrora abandonadas, mas não esquecidas. E o mais importante, trata-se de um conceito utilizado especialmente pelas lideranças indígenas destas comunidades.

Assim, ao dizer a frase: "Tô aqui... Parece que tô renascendo tudo de novo" o líder indígena expressa o sentido mais amplo do processo de retomada, que para além da posse da terra aborda a retomada cultural dos Kaiowá, ou seja, a volta ao teko, o modo de ser verdadeiro de um Kaiowá.

Neste artigo, primeiramente faremos um breve histórico da realidade da ocupação territorial dos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, seguindo por uma proposta de etnografia dos acampamentos Laranjeira Ñanderu e Pakurity e, para finalizar, traremos a problemática da questão da retomada da terra em paralelo com a retomada cultural. Assim sendo, este artigo busca contribuir concretamente para o conhecimento e para ampliar o debate acadêmico acerca do conflito fundiário e da participação da criança, principalmente focando na realidade dos indígenas Kaiowá do acampamento Pakurity e Laranjeira Ñaderu na situação atual de retomada da sua terra tradicional.

1 Os Kaiowá e Guarani em situação de acampamento no sul de Mato Grosso do Sul

A realidade enfrentada pelos Kaiowá e Guarani no estado de Mato Grosso do Sul tem sido de um constante conflito fundiário, o qual só é possível de ser compreendido através do processo histórico de ocupação desta parte do território brasileiro. Com a Guerra do Paraguai (final do século XIX) e durante todo este período histórico, notamos episódios que acarretaram grandes modificações no cenário geopolítico e que mais tarde culminariam na atual situação de confinamento6 (BRAND, 1993, 1997) dos indígenas e momentos que resultaram no esbulho dessas comunidades de seus tekoha.

Logo após a Guerra do Paraguai (1870) instala-se no sul do então Mato Grosso a Companhia Mate Larangeira, a qual usa intensamente a mão de obra do povo guarani para a extração da erva, o que foi um forte fator de impacto no processo das relações interétnicas. Outro fator de impacto ainda maior, e merecedor de destaque, foi a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943, ação que passa a regulamentar todo esse processo de ocupação territorial e consequente esbulho das terras tradicionais pertencentes aos Guarani. Nas palavras de Brand, podemos notar o quanto a CAND interferiu nesse cenário das terras indígenas. Enquanto a Companhia Mate Larangeira utilizava apenas a mão de obra indígena, mas sem expropriá-los de seus territórios tradicionais, a criação da CAND acarretou sistemático esbulho das terras indígenas dessa região, para a colonização.

> A implantação da Colônia em área de aldeias Kaiowá marcou o início de uma longa e difícil luta dos índios pela manutenção e recuperação de sua terra. Negavam-se deixar estas terras, que foram vendidas pelo governo a colonos. Estes, por sua vez, buscavam constantemente obter a expulsão dos índios, através de ações na justiça, ou através de meios mais escursos (BRAND, 1997, p.78).

Com a ação política de demarcar as reservas entre 1925 e 1928, abriu-se espaço para a concessão de títulos públicos a particulares com o intuito de ocuparem os "espaços vazios" em nome do desenvolvimento nacional. Bem sabemos que esses espaços não eram propriamente "vazios", mas de uso e permanência dos indígenas. Para Brand "o problema das terras indígenas, usurpadas pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a partir de 1943, permanece sem solução até a presente data" (1997, p. 85).

Com as terras cedidas para os novos colonos, alguns indígenas que viviam nessas áreas foram confinados em reservas. Essas oito reservas7 indígenas no estado serviam para abrigar parte dos Kaiowá e Guarani. Cabe ressaltar que em nenhum momento foi pensada ou respeitada a diferença étnica de seus grupos, atitude que acarretou e ainda acarreta um grande conflito interno. Diante desse fato, ou seja, com a criação dessas reservas, as experiências e

6. O conceito de "confinamento" aparece pela primeira vez no trabalho de Schaden (1962), mas é utilizado na atualidade a partir dos trabalhos de Brand (1993 e 1997). O termo dá nome ao processo de constrangimento dos povos indígenas a se instalarem nas reservas demarcadas pelo SPI (Serviço de Proteção aos Índios), saindo de seus territórios tradicionais para pequenas áreas no entorno das cidades.

7. As oito reservas são: Amambai, Dourados, Caarapó, Porto Lindo, Taquaperi, Sassoró, Limão Verde e Pirajuí. (CAVALCANTE, 2013, p. 84).

as vivências no território e da cosmologia dos Kaiowá e Guarani ficou comprometida, tendo em vista a importância da terra para o modo de viver em seus tekoha, conforme as palavras de Aguilera Urquiza e Nascimento (2013, p. 164):

> [...] esta terra torna-se fundamental para produção e reprodução da cultura de um povo, pois para eles, tudo que se relaciona com a estrutura social, ritual ou religiosa está intimamente relacionada ao território. A terra é, desta forma, um recurso sociocultural, mais que apenas um recurso da mãe natureza.

Desse modo, há uma sequência de desapropriações das terras dos Kaiowá e Guarani para derrubar as matas e implementá-las para o agronegócio. A perda do território se intensifica com o encerramento dos contratos de arrendamento de terras que beneficiaram a Companhia Matte Larangeira. Nesse cenário, abre-se espaço para os novos proprietários rurais, ou seja, colonos vindos de vários Estados do Brasil a fim de se fixarem nessas terras.

Cabe lembrar que, para o Estado, terras eram consideradas como devolutas, sendo assim, podiam ser vendidas pelo estado de Mato Grosso, ignorando a existência de comunidades indígenas no local, a ponto das comunidades Kaiowá e Guarani não participarem da partilha dessas terras, mesmo consideradas como sendo devolutas. Com suas terras sendo vendidas e com a fixação de novos proprietários, os indígenas são pressionados, cada vez mais, a deixarem os seus espaços tradicionalmente ocupados e fugir para as áreas nos fundos das fazendas (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, p.112).

Em todo esse processo, em que os indígenas foram confinados em reservas, independente de sua etnia, surge o jargão "lugar de índio é na reserva", isso porque todos os indígenas que não se submetessem a vida na reserva eram considerados irregulares, sendo assim, deveriam ser encaminhados ao órgão indigenista oficial ou para os missionários que tinham o encargo de integrá-los na sociedade nacional.

Esse processo de confinamento ocasionou uma forma de "encurralar" essa população indígena em áreas insuficientes para a subsistência e o modo inapropriado de ser e de viver o modo Kaiowá e Guarani e implicou em uma justaposição de tekoha num mesmo e reduzido espaço físico. O que propiciou conflitos internos de diferentes autoridades de famílias extensas. Tudo isso somado ao forte controle do órgão do governo, acarretou no seio dessa população uma grave situação de violência. É nesse contexto histórico que, em desentendimento de alguns grupos familiares, a partir do final dos anos de 1970 e mais intensamente nos anos 80, tem início o movimento indígena – articulação de lideranças, com apoio de indigenistas para retornarem as suas terras tradicionais, desencadeando, assim, o processo de retomadas.

A mobilização para a retomada do território tradicional ganha maior força com a Constituição Federal de 1988, garantindo-lhes os direitos de se reconhecerem como indígenas e a reprodução de seus costumes, crenças e tradições, entre tantos outros direitos, como o de assegurar a "posse dos territórios de ocupação tradicional". O que se observa no parágrafo primeiro do Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que diz:

> São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Tais direitos referidos estabelecem que compete à União demarcar as terras, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Sabemos que a atual realidade enfrentada pelos Kaiowá e Guarani no estado do Mato Grosso do Sul é apresentada pela sistemática negação de seus direitos básicos, assim como agravada pelos grandes conflitos e dificuldades.

Nesse cenário de formação de acampamento à beira das estradas é que Pereira (2010) classifica a existência de algumas modalidades de assentamentos em duas categorias: a primeira composta pelos mobilizados para a reocupação da terra e também chamados índios de corredor, que podem estar situados às margens de rodovias ou mesmo em uma pequena porção da área reivindicada, esse é o caso do acampamento Pakurity e o Laranjeira Ñanderu pode ser classificado com o segundo grupo que são os que conseguiram entrar e permanecer no território tradicional, mesmo que ainda em pequeno espaço de terra. Nesse caso, de fato, são terras indígenas, mas que ainda não foram oficialmente reconhecidas pelo Estado.

Nesses dois casos, do Pakurity ou do

Laranjeira Ñanderu, podemos afirmar que os conflitos fundiários que ocorrem são resultados de fatos históricos e de uma série de ações e não ações, ou seja, omissões do Estado brasileiro. Não apenas desses acampamentos, mas a atual realidade enfrentada pelos Kaiowá e Guarani no estado é apresentada pela sistemática negação de seus direitos básicos, assim como agravada pelos grandes conflitos e dificuldades. O que podemos notar nas palavras de Cavalcante:

> Os acampamentos de retomada de áreas de ocupação tradicional, principalmente nos primeiros anos de sua existência, encontram muitas dificuldades para acessar atendimentos básicos de saúde e educação, além de outros serviços oferecidos pelos órgãos de assistência do poder público – principalmente de programas geridos pelos Municípios e pelo Estado. (CAVALCANTE, 2013, p.109).

Com essas novas configurações sobre o território indígena, lançamos mão de outro conceito, formulado nos estudos de Pacheco de Oliveira, que é o de situação histórica (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 52), ponto fundamental para entendermos a vivência dos indígenas e como se deu a forma de adaptação para abordar essas novas realidades. Dessa forma, percebe-se, a partir da noção de situação histórica (esbulho sistemático de seus territórios, práticas de violência e ausência do Estado, assassinatos seletivos, entre outros), como ocorre a decisão de acampar em margens de estradas e rodovias, ou reocupar áreas que consideram seus tekoha. Nesse caso, o conceito utilizado, situação de acampamento, remete a elementos históricos explicitados anteriormente, assim como a elementos sociopolíticos e culturais, que compõem o quadro atual dessas comunidades Kaiowá e Guarani do estado.

2 as Crianças Indígenas em Situação de acampamento

O enfoque na criança indígena se dá pela recente introdução e a busca de um aprofundamento nas pesquisas desse tema na realidade da Antropologia Brasileira. E a proposta é ir além e trazer a vez, a voz e os olhares nas representações das crianças Kaiowá em um espaço de diálogo entre saberes, ou melhor, entre os conhecimentos das crianças, como indivíduos completos e ativos em suas ações, com os conhecimentos da sociedade nacional.

Entendemos a criança como sujeito que elabora seu próprio código de comportamento de acordo com sua experiência, satisfatória ou não, de sua necessidade, tudo isso em contato com o mundo externo e as pessoas que a rodeia. Nesse contexto, Cohn ressalta que para compreendermos o que é a criança, como vivem e pensam é necessário nos:

> Desvencilharmos das imagens preconcebidas e abordar esse universo e essa realidade tentando entender o que há neles, e não o que esperamos que nos ofereçam. Precisamos nos fazer capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista (COHN, 2005. p. 8).

Na atualidade podemos contar com a existência de uma produção intelectual voltada para a realidade das comunidades indígenas, mas se constata uma escassez de estudos sobre as crianças. Um dos motivos que justifica tal escassez pode ser por causa de uma concepção do senso comum de que as crianças não são *autoras* de sua existência ou que pouco influenciam nas decisões locais. Nessa perspectiva, tornam-se meras peças para somente funcionar como "*depósito*" do conhecimento tradicional para a construção da realidade. Neste sentido acreditamos que:

> A criança atuante é aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais. Reconhecê-la é assumir que ela não é um "adulto em miniatura", ou alguém que treina para a vida adulta. É entender que, onde quer que esteja, ela interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações (COHN, 2005. p. 28).

Com a mesma perspectiva temos como ponto de partida que a criança possui um papel ativo na construção da realidade da comunidade indígena, desse modo, busca-se a compreensão que a criança possui sobre a *situação de acampamento*. Assim, reafirma-se que as crianças são parte integrante que constroem suas relações dentro de sua sociedade e também autoras na construção de sua identidade. Dessa maneira, assumimos que a criança indígena tem um papel ativo e de fundamental importância na construção

da cultura. São agentes que constroem suas relações e lhes dão sentido. São atores sociais, produtores ativamente inseridos em sua cultura, participantes do ambiente e da vida diária da comunidade. Assim, podemos acrescentar que as crianças podem ser consideradas, também, como fontes e portadoras de saber, pois nelas se processam novos conhecimentos, a partir do que aprendem com os mais velhos e com os próprios colegas no dia a dia da comunidade.

Nesse sentido, queremos apresentar uma etnografia desses dois grupos indígenas e, principalmente, da criança com a sua compreensão da atual realidade de acampamento. Como descrito na metodologia, o trabalho de campo foi o principal procedimento metodológico para a realização desta pesquisa. Então cabe ressaltar as impressões e anotações na realização deste trabalho junto aos acampamentos indígenas.

Para a realização desta pesquisa, as crianças desses acampamentos são classificadas em dois grupos: as de perto e as de longe. As de perto nos referimos às crianças do acampamento Pakurity pelo motivo de que quando chegamos ao acampamento receberam-nos tão de perto e pudemos nos aproximar e trocar conversar, dinâmicas da arte de desenho e experiências. As de longe nos referimos às crianças do Laranjeira Ñanderu porque houve uma certa dificuldade em ter maior interação com elas. Toda vez que nos aproximávamos das crianças éramos abordados por um adulto que conduzia a conversa e não deixava nenhuma possibilidade de maior aproximação. Essa reação pode ser compreendida como uma ação de proteção para com as crianças. Lembrando que o acampamento vivencia há anos um constante conflito fundiário. Mesmo assim, nos mostraram, mesmo de longe, através da observação direta da participação das crianças no convívio diário da comunidade, tanto no momento das danças na festa cultural e com as práticas dos rezadores, a trajetória de uma comunidade que busca, não apenas a retomada de suas terras, mas a retomada cultural.

Tais impressões serão descritas em uma breve etnografia de cada acampamento. Podemos afirmar que essa maneira de nos relacionar com as crianças de perto e de longe de modo algum comprometeu a observação direta realizada como método a fim de captar a maneira como as crianças têm vivido em situação de acampamento.

2.1 O caso do Acampamento Laranjeira Ñanderu

Foram quatro visitas para o trabalho de campo no acampamento Laranjeira Ñanderu, sendo que em uma delas permanecemos por três dias e duas noites (Figura 1), o que nos proporcionou vivenciar o dia a dia dos indígenas dessa comunidade e obter uma observação direta da interação social da criança indígena com sua comunidade. Sabemos que esta presença de pesquisadores no seio de uma comunidade tradicional sempre gera impactos e a observação é sempre condicionada e limitada, mesmo assim, consideramos que a prática permanece positiva, em especial por favorecer o contato direto com os sujeitos da pesquisa.

Figura 1 - Acampamento da equipe de pesquisa no acampamento Laranjeira Ñanderu



Fonte: Arquivos da pesquisa (2014).

A observação direta foi de suma importância em toda pesquisa e no caso do acampamento Laranjeira Ñanderu não foi diferente, mesmo porque a relação que tivemos com as crianças desse acampamento foi de pouca interação. Toda vez que nos aproximávamos de uma criança, rapidamente se juntava a nós algum adulto e conduzia toda a conversa, impossibilitando a partição mais ativa da criança. Diante desse fato e como mostra de nosso respeito à comunidade, por nos permitir a estadia no acampamento, não

Figura 2 – Localização do acampamento Laranjeira Ñanderu



Fonte: Localização: https://www.google.com.br/maps/@-21.9333157,-54.5430956,4695a,20y,40.79t/data=!3m1!1e3. Acesso no dia 30 de janeiro de 2015.

desejamos "forçar a barra" e evitamos qualquer conflito por qualquer motivo. Essa proteção dos adultos para com as crianças nos é percebido como uma forma de proteção às crianças por consequência da realidade conflituosa em que estão vivendo.

Essa distância dos pesquisadores em relação às crianças é que denomino de crianças de *longe*. Mesmo com essa distância foi possível observar que em tudo que acontecia no acampamento as crianças estavam envolvidas. Como dissemos, apesar da distância, esta prática da observação foi suficiente para a análise que seguiremos durante este artigo.

Para chegar ao acampamento (Figura 2), ao sair da BR-163, segue-se a estreita estrada de terra, com uma pequena curva para a esquerda, encontrando à frente uma casa com um trator que chama a atenção por seu tamanho e potência. Em toda a extensão da estrada de terra de um lado tem uma área de plantação e do outro há uma mata que acompanha a beira do rio, ou seja, uma pequena e estreita mata ciliar. Um motivo de indignação é constatar que a mata ciliar está cada vez mais devastada, acarretando que a sua extensão nem chega a ter os 200 metros de mata à beira do rio, tal como requerido por lei.

Seguindo pela estrada por mais uns 10 minutos encontra-se uma pequena ponte em cima de uma manilha com um riacho. Logo à frente encontram-se as casas dos indígenas, em sua maioria são feitas de lona preta que se esparramam na extensão da pequena mata ciliar formando um corredor. Uma casa ao lado da outra, apenas separadas por uma distância de mais ou menos 10 metros entremeados por árvores e matas.

No centro do acampamento há um pedaço de terra, circular, todo limpo e capinado deixando à mostra uma terra lisa e preta onde encontramos a "*casa de reza*" (Figura 3). Tal casa possui uma estrutura de madeira coberta de sapé e folhas secas de palmeira e vários objetos pendurados no seu interior, tanto no teto, como na porta e por toda parte. A casa de reza é rodeada por árvores, mata e vegetação que cresce com pouca ou quase nenhuma intervenção do homem.

Podemos observar que há duas casas próximas à casa de reza, uma, a direita que pertence a um dos líderes indígena, por nome de Josué, e outra, ao fundo, a moradia de sua

Figura 3 - Casa de Reza do acampamento Laranjeira Ñanderu



Fonte: Arquivo da pesquisa (2014).

irmã, Clara. A casa do Josué possui uma horta familiar, um poço e a construção de um fogão a lenha, que segundo as mulheres, é usado por toda a comunidade em dias de festa, mas que naquele momento não apresentava sinais de uso, pelo menos não recentemente. Cabe ressaltar que a água do poço não recebe nenhuma forma de tratamento e, portanto, não é potável, mas é a única que a comunidade possui para o consumo.

Houve dois momentos que nos chamou a atenção para observar detalhes e descobrir um pouco sobre as crianças indígenas. Momentos que as observamos de *longe*. O primeiro momento foi o *adormecer com os rezadores* e o segundo foi a realização da *festa da chicha* ou a *festa cultural*.

Ao anoitecer, aproximadamente às 21hs, começa-se a ouvir os cânticos. São os rezadores, o senhor Adão e dona Tereza (mãe de um dos líderes indígenas). Cada um em sua residência, fazendo, assim, ouvi-los em cantos diferentes do acampamento. Entre a escuridão da noite, a luz da filmadora e a soma da iluminação de algumas lanternas, a *dança das sombras* de dona Tereza e da natureza que a cerca se fundem com a melodia de sua voz pronunciando palavras em guarani que expressam sua *reza*. Essas sombras dançam ritmadas pela repetição e entonação da reza da dona Tereza.

As rezas são entendidas pelos Kaiowá como instrumento para banir todos os males e exemplificado nas palavras do senhor João, "*já observaram que as cobras e corós que havia aos montes foram embora apenas com as rezas*". É importante destacar que para os Kaiowá a questão religiosa é de suma importância.

A importância da reza na cosmovisão do Kaiowá pode ser vista segundo Eremites de Oliveira e Pereira:

> Os xamãs Kaiowá acreditam que a existência de suas comunidades na terra depende da manutenção do equilíbrio cósmico. Por este motivo, eles devem frequentemente rezar para que esse equilíbrio seja mantido. Situações de conflito e violência, que impedem a realização dos rituais religiosos, são interpretadas como prenúncios da destruição da terra (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2009, p. 68).

Não presenciamos o adormecer de nenhuma criança, mas nós adormecemos ao som dos rezadores durante as duas noites que passamos no acampamento. Cabe ressaltar que as crianças desse acampamento vivenciam esse momento religioso diariamente. O significado, tanto do ritmo como das palavras contidas na reza, é compreendido e assimilado pelas crianças todos os dias ao adormecer. E mesmo ao adormecer participam das rezas com seus líderes espirituais.

O segundo momento que podemos destacar foi a realização da *festa da chicha* ou a *festa cultural.* Recebemos o convite do líder indígena Josué para que participássemos juntamente com a comunidade da festa cultural que realizariam à noite para nos apresentar um pouco de suas práticas culturais. Chegamos à casa de reza, que fica no centro do acampamento, no final da tarde e o sol ainda estava presente no céu e iluminava toda a área.

A Clara, nossa guia, estava com suas roupas e pintura corporal feita especialmente para o evento. Podíamos notar o arranjo de penas em sua cabeça e as cores alegres de sua roupa. No início havia setes homens, noves mulheres, incluindo a Clara, e quatro crianças; todas com trajes e pinturas propícias para o evento. Mesmo assim, com poucas pessoas, começaram a festa. Iniciaram com danças que eles chamavam de *guachiré* e *guahu*. Pouco a pouco foram se aproximando cada vez mais pessoas e, com o cair da noite, não dava mais para contar quantos participavam da festa; praticamente toda a comunidade.

Todas as músicas eram entoadas na língua Guarani. As mesmas se repetiam como se fosse um *mantra* e ao final de cada cântico, a repetição tomava maior força e assumia um ritmo mais acelerado e se iniciava novamente. Em meio a risos altos e largos a música se repetia por várias vezes, demonstrando a alegria e a empolgação de se participar da dança e isso era sinal de que viria mais uma repetição. As danças eram realizadas por grupos específicos, primeiro por homens, depois o grupo de mulheres, de jovens, sendo que se podiam misturar jovens do sexo feminino e masculino, e encerrando com as crianças. Nesse festejar, até nós pesquisadores fomos puxados para participar da dança.

Em meio à alegria e às danças pude visualizar a participação dos indígenas na *festa cultural*, mas cadê a *chicha*? Em qual momento eles nos apresentariam a tão famosa *Chicha*? Foi que em certo momento, quase no final da

festa, encontrei uma moça de 23 anos, a filha de um dos líderes indígenas. Iniciei uma conversa, e por não ver nada sobre a bebida típica da festa, a chicha, perguntei a ela a respeito. Com toda simpatia, respondeu que essa festa é um cerimonial para lembrá-los que quando possuírem toda a terra reivindicada eles vão retornar a plantar o *milho branco* e só então poderão fazer a colheita e a produção da *chicha* e, só assim, festejarem a "*festa da chicha*". Isso pode levar ao questionamento de que a falta do território para a plantação do milho branco pode estar interferindo nas práticas culturais dos Kaiowá.

Contou também que todas as sextas-feiras se reúnem para ensinar as crianças e aos mais jovens como são as danças e os cânticos. Esse ensaio, segundo ela, é uma forma de preparar as crianças, os jovens, bem como toda comunidade para a grande celebração da *festa da chicha*. Para isso esperam o finalizar do processo de posse da terra reivindicada para realizarem o plantio do milho branco. Até que esse processo finalize e que a posse seja garantida a comunidade não podem plantar o milho branco e consequentemente não produzem a *chicha* e nem a festa.

Esse movimento de algumas práticas culturais revela a transformação que a comunidade tem enfrentado e que nessa retomada o desejo maior é a preparação para a comemoração da festa da chicha, uma retomada dessas práticas culturais. O discurso da retomada de terra se mistura com o discurso da retomada cultural. Retomada que agrupa a todos, inclusive as crianças, pois se pode ver nas danças a abertura para a participação de um grupo de jovens e das crianças, e mesmo aqueles que ainda nem sabem andar estavam festejando no colo de suas mães dançando juntamente com o grupo das mulheres.

A fala do Pedro, um dos líderes indígenas do acampamento, casado e pai de 4 filhos e alguns netos, diz que a ação da retomada de seu território tradicional é como se ele renascesse. Diz: "parece que eu renasci... eu renasci de novo. Parece que isto aqui é um mundo novo. Por que eu falo? Porque tem mato, tem bicharada". Para ele o ato de retomada significa "renascer de novo". Salienta que parece que o mundo se fez novo, "por causa da mata a bicharada retornaram, pois havia tempo que não os via".

Cabe ressaltar que uma das maiores preocupações de Pedro é a impossibilidade de plantar na terra, quer seja por falta de recursos, ou pela falta de espaço. Afirma que atualmente não se tem nada pra se comer e acrescenta "tem que virar o latão pra comer" 8. E outro motivo pela impossibilidade de plantio é que a área ocupada é um pedaço de terra que com as chuvas é inundada. Sendo assim, a água parada por dias, que se forma após a chuva, aquecida pelo sol acaba matando toda semente plantada. Em tudo isso, desabafa acerca da situação e o desejo da posse definitiva de todo o território reivindicado para o plantio do milho branco e com ele retomar as práticas culturais e religiosas.

Pedro é quem utiliza o termo: Retomada Cultural, mas não é o único. Sofia, filha de um líder indígena que foi morto e um dos que decidiram retomar a terra atual, é uma jovem indígena do acampamento que em sua entrevista salienta que desde o momento da decisão de seu avô e pai em retornar à terra, a questão cultural estava presente.

> O meu pai sempre dizia pra nós que a demarcação de terra era importante pra nós, sabe por quê? As aldeias antigas já estão cheias, e não tem mais como plantar e nem como fazer outras casas, E nestes tempos estava pensando mesmo que a demarcação é bom mesmo pra viver, pra renascer de novo a cultura de cada um de nós. Na verdade quando meu pai não tinha retomado isso aqui pra mim era desvalorizada a cultura, jogada assim, eu não sabia de nada mesmo. Aí meu avô e meu pai decidiram retomar a terra, aí que vimos na cabeça mesmo que a cultura é importante mesmo. Tanto na cultura pra falar, quanto pra se vestir, tanto pra usar, nem que eu tô usando. Sempre que vou na cidade eu uso mesmo pra mostrar que sou índia mesma (fala com risos de alegria). Eu sempre falo que sou índia[9].

Notamos na fala de Sofia que na posse da terra, mesmo que apenas parte dela, a cultura a faz se identificar e se definir como indígena. Afirma que a cada dia percebe o "*Renascer da cultura em cada um de nós*".

Pode-se conjeturar que, com a conquista da terra finalizada e com todo o processo de regulamentação encerrado, a preocupação de se estabelecer em um território vai sendo sanada e as atenções se voltam para as práticas culturais. Essa constatação vem se fortalecendo a partir da

8. Essa expressão tem o significado de que precisam buscar o alimento no lixo.

9. Entrevista realizada no dia 21 de janeiro de 2014.

Figura 4 – Localização do acampamento Pakurity



Fonte: https://www.google.com.br/maps/place/BR-463,+Dourados+-+MS/@-22.2632457,-54.9772823,2140a,20y,41.14t/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x9489c6c0ab86e6b7:0xa76bcd71e4357a9d. Acesso no dia 30 de janeiro de 2015.

continuidade da pesquisa, como podemos ver nas palavras do Pedro, o qual nos mostra no seu dia a dia que "*é assim mesmo... nós vive lutando*" e "*essa luta nunca vai acabar*", referindo-se sobre a demora do encerramento desses processos de regulamentação dos territórios. Dessa forma, percebemos que a probabilidade de mudança nesse quadro atual sobre o reconhecimento e homologação dos territórios indígenas no estado de Mato Grosso do Sul não é animador, mas enquanto isso, "***Tô aqui... parece que to renascendo tudo de novo***" nos traz o conforto de que tudo pode se resolver da melhor maneira, pois segundo Pedro, ***é tempo de Renascer!***

2.2 A voz do Pakurity

Chegando à entrada do acampamento Pakurity, ainda na BR 463, podemos enxergar uma pequena casa perto da cerca da fazenda e é possível perceber a presença de algumas crianças indígenas. Na verdade, são várias crianças que seguem atrás do carro enquanto entramos por uma estrada de terra que sai da BR 463 (Figura 4) e corta a área de plantação até chegar em uma pequena área coberta.

A área não possui nenhuma parede, é apenas coberta com galhos e lona preta e possui algumas madeiras que servem como assento. Essa área é reservada pelos indígenas para reuniões e sua localização fica entre a plantação e a mata (Figura 5). Atrás dessa área de reunião e adentrando na mata, encontra-se uma pequena nascente de água que serve como uma das duas fontes para a sobrevivência e para a utilização dos afazeres diários dos indígenas.

Ao descer do carro nos direcionamos para a área de reunião (um barracão precário, com quatro esteios de tronco de árvore coberto de Eternit) e, em seguida somos presenteados com uma recepção calorosa e bem aconchegante de um grupo de indígenas que foi se reunindo no local. Em sua maioria são crianças, alegres, risonhas e muito ativas (Figura 6). Correm de um lado pro outro. Por essa recepção e pelo contato tão próximo com as crianças é que as denominamos de crianças de perto,

Figura 5 - Área de reunião do acampamento Pakurity



Fonte: Arquivo da pesquisa (2014).

Figura 6 - Crianças do acampamento Pakurity



Fonte: Arquivos da pesquisa (2014).

em comparação e contraposição às crianças do acampamento Laranjeira Ñanderu (Rio Brilhante/MS).

As condições de vida nesse acampamento não diferem muito da realidade de outros. As dificuldades enfrentadas cotidianamente são inúmeras. Lutti acrescenta:

> Como o lugar não oferece as condições necessárias para a sobrevivência, torna-se necessário estabelecer alternativas e estratégias que permitam a permanência deles ali, por isso, a maioria dos homens precisam trabalhar como diaristas nas roças vizinhas ao acampamento. Como o acampamento não oferece espaço para plantar, nem água para consumo, o recurso encontrado é seguir até à mata, que fica do lado de dentro da propriedade, para ter acesso à água, lenha e remédios (LUTTI, 2009, p. 61).

Quando o assunto é a retomada da terra, para o senhor Otaviano é "*novamente chegar em minha mãe*", reafirmando assim a importância da terra para a reprodução do *teko*, ou seja, maneira de ser kaiowá, pois segundo ele, a "*terra está presente na nossa vida desde o nascimento, até no nosso nome*". O sentimento do senhor Otaviano pode ser percebido tanto nos adultos como nas crianças do acampamento. Como exemplo podemos citar uma personagem que chama muito a atenção por seu envolvimento tanto com os adultos, como com as crianças.

Ana é uma menina de oito anos que se destaca por sua alegria e desenvoltura para com todos ao redor e ao perguntarmos a ela sobre o que acha de voltar a viver no acampamento, inusitadamente corre e nos conduz em direção à pequena fonte de água que serve para o consumo da comunidade, seja para a preparação de comida, banho ou afazeres diários (Figura 7).

Saltitante e com pequenos gritos expressa o sentimento de alegria de sua permanência na terra como sendo uma vitória, pois segundo ela, com a terra *"Os bichos voltaram! É bom morar no mato!"*. Esse sentimento declarado pela pequena Ana demonstra o quanto a *Retomada da terra* é de fundamental importância para a vida das crianças indígenas em comunidade, a fim de que possa oferecer-lhes, conforme estabelece o artigo 231 da Constituição Federal, o *necessário a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições*.

Além das observações feitas no trabalho de campo, outra forma com a qual interagimos com as crianças foi através de desenhos. Foram 25 desenhos confeccionados por 11 crianças de 06 a 15 anos. Alguns adultos também participaram

Figura 7 - Crianças do Pakurity na fonte de água



Fonte: Arquivos da pesquisa (2014).

dessa prática, mas os desenhos referentes a cada um deles foram descartados e selecionamos apenas os desenhos apresentados pelas crianças indígenas.

Para a realização dessa atividade prática, juntamos as crianças na área de reunião e entregamos lápis colorido e papel em branco, pedindo que cada criança, conforme sua maneira (Figuras 8 e 9) desenhasse qual era o sentimento de viver no acampamento. Tentando levantar a visão que cada criança tem do acampamento e o que mais lhes agradam. O desenho foi uma tentativa de perceber qual a percepção da criança indígena quanto à vida no acampamento.

Figura 8 e 9 – Crianças do acampamento Pakurity participando da dinâmica de desenho



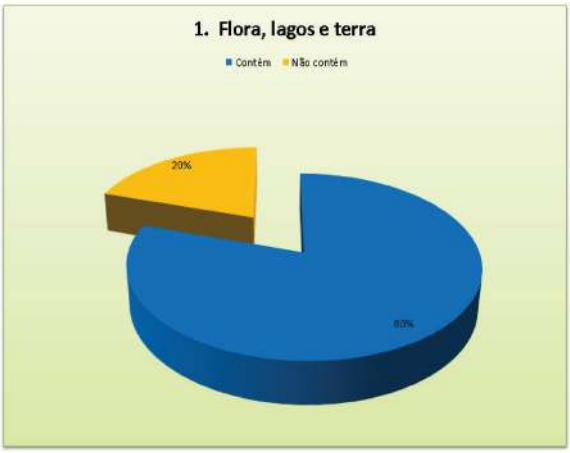
Fonte: Arquivos da pesquisa (2014).

Sentadas no chão, nos bancos ou em pneus abandonados, e até mesmo deitadas, cada criança fez seu desenho. Ao todo foram 25 desenhos.

Para a análise desses desenhos utilizamos a classificação em quatro grupos conforme os seguintes temas: 1. Temas referentes a árvores, flores e terra; 2. Presença de animais (Fauna); 3. Temas da tradição indígena (casa tradicional, espécie de diadema, arco, flecha e maracá) e 4. Outros temas que não se apresentam na cultura Kaiowá do acampamento Pakurity (rodeio e casa de alvenaria).

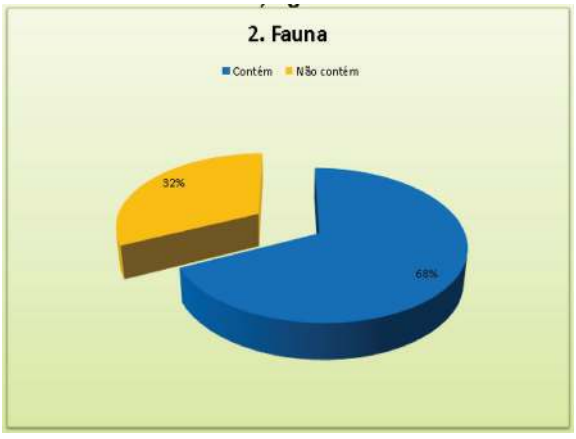
Conforme o gráfico referente ao grupo 1. Temas referentes a árvores, flores e terra, notamos que nos desenhos realizados pelas crianças indígenas, 88% apresentam a presença de desenhos como árvores, montanhas, rios, lagos, estradas, flores e terra. Dos 25 desenhos 20 deles continham esses temas.

Gráfico 1 - Temas referentes a árvores, flores e terra



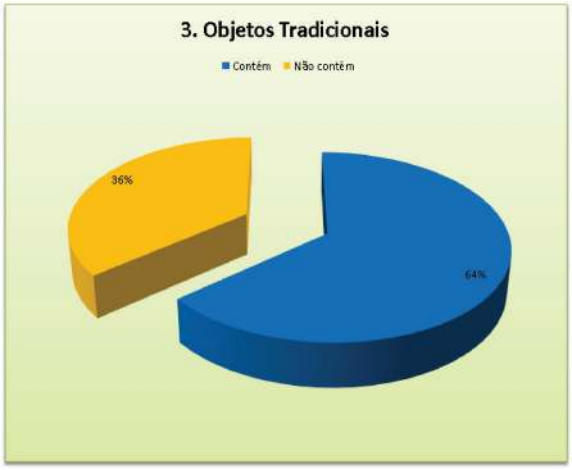
No gráfico do grupo 2. Presença de algum tema relacionado à Fauna está presente em 17 desenhos. São 68% dos desenhos que apresentavam alguma espécie de animal. Os animais contidos nos desenhos são pássaros, tatu, cobra, peixes, cachorro e até uma onça.

Gráfico 2 - Presença de algum tema relacionado à Fauna



Os temas como casa tradicional, espécie de diadema, arco, flecha e maracá estiveram presentes em 64% dos desenhos, ou seja, desenhos pertencentes ao grupo 3. Temas da cultura tradicional.

Gráfico 3 - Temas da cultura tradicional



No gráfico de número 4. Outros temas obtivemos 32% dos desenhos que apresentaram figuras que não estão inseridos no dia a dia das crianças Kaiowá do acampamento Pakurity. São 8 desenhos, sendo que 06 contém a imagem da casa de alvenaria; 01 construção de uma escola e 01 com a imagem de um rodeio.

Gráfico 4 - Outros Temas

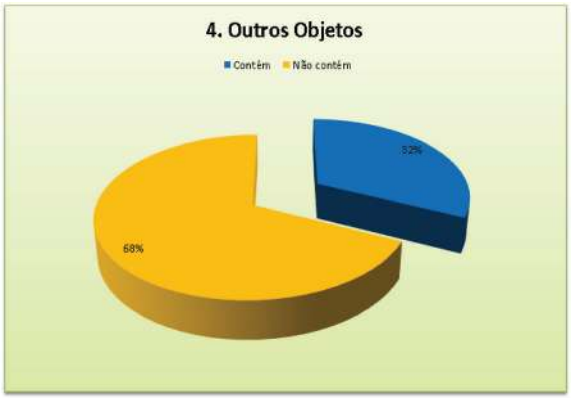


Figura 10 – Desenho com temas da mata, um animal, um homem e a possível casa tradicional.



Figura 11 – Desenho com temas da mata, animal e casa tradicional.



Cabe ressaltar que 100% dos desenhos apresentaram temas contidos no grupo 1, 2 e 3 (flora, lagos, terra, fauna e elementos tradicionais) os quais correspondem ao modo do viver em relação com a terra, ou seja, os desenhos das crianças reproduzem o teko, o verdadeiro modo de ser de um Kaiowá, o que podemos visualizar nas Figuras 10, 11 e 12.

Figura 12 – Desenho com temas da mata, lago e casa tradicional.



A resposta unânime das crianças indígenas do acampamento Pakurity se dá através de desenhos que referenciam temas do dia a dia e que envolvem a mata, os animais, a natureza e alguns objetos de uso tradicional, a exemplo da casa tradicional e o maracá. Esses desenhos e sua análise nos leva a concluir que as crianças entendem que o território é imprescindível à preservação e a reprodução de sua cultura e que segundo as palavras da pequena Ana, isso é motivo da alegria em viver no mato!

3 Considerações Finais

Diante do proposto nesta pesquisa e com as experiências vivenciadas no trabalho de campo, podemos notar dois fatos singulares na realidade vivida pelas crianças na situação de acampamento. Primeiramente, podemos destacar a retomada de terra como fundamental, tanto para o acampamento Laranjeira Ñanderu, como para o pakurity. Nos discursos dos indígenas de ambos os acampamentos aparece a expressão da retomada de terra como sendo fundamental para que retornem a viver com dignidade, ou seja, o teko porã (modo de ser Guarani). Especialmente foi demonstrado neste artigo a alegria e entusiasmo, como o da pequena Ana e as outras crianças, que com seus desenhos sinalizam que o retorno à vida no acampamento Pakurity é de suma importância, não somente para os indígenas adultos, mas para a comunidade como um todo, inclusive as crianças. Em segundo, a descrição da ação dos rezadores e da festa da chicha que aconteceram no acampamento Laranjeira Ñanderu nos faz refletir, não somente sobre a importância da posse da terra, mas o que essa posse acarreta em termos de impactos e modificações no seio da comunidade.

Quanto aos rezadores, cabe ressaltar que as crianças desse acampamento não passam apenas duas noites, a exemplo de nossa breve passagem, mas adormecem todos os dias vivenciando esse ritual religioso. Isso nos faz crer que o sentimento e a crença de seus anciãos estão sendo comunicados para outras gerações. Fato que não presenciamos no acampamento Pakurity. Apenas a uma tentativa do líder religioso em reunir o grupo de indígenas para a realização de uma reza. Tentativa frustrada, pois somente o líder religioso juntamente com o líder indígena e suas famílias participaram do momento de oração. Isso não quer dizer que os mesmos não possuem momentos como estes, mas com a realização dos desenhos, as crianças manifestaram traços de sua cultura. Tudo nos leva a crer que as manifestações culturais desses dois acampamentos se dão de formas distintas. E em ambos os casos é preciso questionar: até que ponto a segurança e a posse da terra podem acarretar no seio da comunidade o desejo de retomar algumas práticas culturais?

Outro fato que não podemos ignorar é que os indígenas do acampamento Laranjeira Ñanderu reúnem-se todas as sextas-feiras com a finalidade de ensinar as crianças e aos mais jovens as danças e os cânticos realizados na festa cultural. Presenciamos momentos de integração das crianças participando e dançando na festa cultural com toda comunidade nos traz a questão de quanto elas estão envolvidas na retomada cultural. Observar a atuação ativa de cada criança, seja no ensaio semanal, na roda das danças, ou mesmo no colo de suas mães, indica-nos que no dia a dia as diferentes formas de expressão e vivência cultural envolvem a todos, inclusive as crianças desses acampamentos.

Através das rezas, danças, desenhos e da observação da atuação das crianças Kaiowá dos acampamentos Pakurity e Laranjeira Ñanderu fica claro que mesmo em situação

de acampamento as práticas culturais estão sendo reproduzidas de forma diferenciada em cada um dos acampamentos. Apenas notamos a diferença na recorrência dos discursos entre retomada de terra e retomada cultural. Ambos os acampamentos possuem os dois discursos, mas, no Laranjeira Ñanderu predomina o da retomada cultural e no Pakurity a retomada de terra. Sendo assim, a terra representa um conjunto de condições, seja social, ambiental, cultural ou econômica, para garantir o teko porã na vida coletiva dos indígenas, tanto dos adultos como das crianças desses dois acampamentos.

Dessa forma, cabe afirmar que tais pontos levantados são o início de uma grande trajetória de pesquisa. O importante é que não deixemos de dar vez, voz e os olhares das representações das crianças Kaiowá em um espaço de diálogo de saberes entre os conhecimentos delas, como indivíduos completos e ativos em suas ações, e com os conhecimentos da sociedade nacional.

Referências

AGUILERA URQUIZA, A. H. (Org.); *Culturas e História dos povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Ed. UFMS. 2013.

_____. *Crianças Kaiowá e Guarani em Situação de Acampamento na Região Sul do Estado de Mato Grosso Do Sul*. Campo Grande/MS: Projeto de iniciação científica – UFMS, 2013.

_____. *Educação Escolar Indígena no Brasil: os caminhos de uma "guinada política e epistemológica"*. In. NASCIMENTO, Claudomiro G. (Org.) *Versos e Reversos da Educação*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2010. (p. 71 – 88).

_____. NASCIMENTO, A. C. (Org.). *Crianças Indígenas: Diversidade Cultural, Educação e Representações Sociais.* Brasília: Liber Livro, 2011. 292 p.

_____. NASCIMENTO, A. C. Culturas e relações interétnicas Algumas aproximações conceituais. In. AGUILERA URQUIZA, A. H. (Org.); *Culturas e História dos povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Ed. UFMS. 2013. Páginas:157-205;

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*; tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro : LTC, 2012.

BARBOSA DA SILVA, Alexandra. *Mais além da "aldeia": território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul*. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

BRAND, Antônio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação (Mestrado em História), PUC – Porto Alegre, 1993.

_____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Tese de Doutorado em História - PUCRS, Porto Alegre, 1997.

_____. *Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS*. Tellus, Campo Grande, 3(4): 137-145. 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. 3ª ed. São Paulo, Editora UNESP, 2000.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul*. 2013.470f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M.. *Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados, Editora UFGD, 2009.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge & PEREIRA, Levi M. *Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas*. In: AGUIAR, Rodrigo Luiz S. et al. (Org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados, Editora UFGD, 2010, pp. 185-208.

LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (orgs.). *Crianças indígenas: Ensaios Antropológicos.* São Paulo: Global, 2002.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de*

organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS: (1990-2009). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. 2009.

SCHADEM, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guaraní*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana, Rio de Janeiro, 4(1): 47-77, 1998.

PEREIRA, L. M. *No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá*. In: LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (orgs.) I *Crianças indígenas*: Ensaios Antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

_____. *Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial*. Tellus. (Campo Grande) ano 10, n. 18, p. 115-137, jan. / jun. 2010.

_____. *Mobilidade de processo e processo de territorialização entre os Guarani atuais*. História em Reflexão, Dourados, 1(1): 1-33, 2007.

RELATÓRIO Violência contra os povos indígenas no Brasil- DADOS DE 2013. CIMI, Brasília, 2013. Disponível em: < http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf >. Acesso em: 3 de novembro de 2014.

Sites

BRASIL DE FATO. http://www.brasildefato.com.br/node/12437. Acesso no dia 22 de novembro as 21h 22m.

BRASIL DE FATO: http://www.brasildefato.com.br/node/12437. Acesso no dia 22 de novembro de 2013 as 21h 22m.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO: http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7349&action=read. Acesso no dia 22 de novembro de 2013 as 21h 20m.

MIDIAMAX NEWS: http://www.midiamax.com.br/noticias/894480-indios+prometem+resistir+dizem+nao+vao+deixar +usina+colher+cana+acucar+fazenda+ms.html#.UvFYzPldVNN. Acesso no dia 22 de novembro de 2013 as 21h 20m.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1298. Acesso no dia 22 de novembro de 2013 as 21h 20m.

REPORTER BRASIL: http://reporterbrasil.org.br/documentos/emterrasalheias.pdf. Acesso no dia 27 de agosto de 2014 as 22h 20m.

SURVIVAL: http://www.survivalinternational.org/ultimas-noticias/9980?fb_action_ids=528000640651075&fb_action_types=og.recommends&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=288381481237582. Acesso no dia 22 de novembro de 2013 as 21h 20m.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/MS: http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/10/mpf-investiga-destruicao-de-cemiterio-indigena-em-fazenda-de-dourados/?searchterm=pacurity. Acesso no dia 30 de janeiro de 2015 as 13h 50m.

Google Maps: https://www.google.com.br/maps/@-21.9333157,-54.5430956,4695a,20y,40.79t/data=!3m1!1e3. Acesso no dia 30 de janeiro de 2015

Entrevistas

João, Pedro e Sofia (nomes fictícios): Entrevista [21 jan. 2014] Entrevistador: Sônia Rocha Lucas. Rio Brilhante (acampamento Laranjeira Ñanderu), 2014. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de iniciação científica (PIBC/CNPq) desenvolvido por Sônia Rocha Lucas junto à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Otaviano (Nome fictício): Roda de conversa [22 jan. 2014]. Entrevistador: Sônia Rocha Lucas. Dourados (acampamento Pakurity), 2014. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de iniciação científica (PIBC/CNPq) desenvolvido por Sônia Rocha Lucas junto à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.